

# O Ministério Público do estado da Bahia e os desafios na implantação de fontes alternativas de energia

ÉRIKA GARCEZ DA ROCHA

doi: 10.7724/caititu.2013.v1.n1.d10



## *The Public Ministry of Bahia state and the challenges in implementing alternative energy sources*

**Abstract:** *Maria Betânia Figueiredo Silva, environmental analyst of the Public Ministry of Bahia state, explain and exemplifies the role of this institution in the supervision of the implementation of facilities for the production energy based on alternative sources. She explains the main social and environmental impacts related to the implantation and functioning of wind power and sun power facilities in the state.*

**Keywords:** *wind power; sun power; socio-environmental impacts; public surveillance*

O Ministério Público do estado da Bahia (MP/BA) atua juntamente com os órgãos ambientais na fiscalização de projetos de implantação de novas fontes energéticas, desde seu licenciamento até seu estabelecimento. Analista ambiental do MP/BA, a Bióloga e Mestre em Ecologia e Biomonitoramento Maria Betânia Figueiredo Silva fala sobre o desenvolvimento energético brasileiro e sobre os principais problemas enfrentados na sua fiscalização. Confira a seguir.

**Resumo:** Maria Betânia Figueiredo Silva, analista ambiental do Ministério Público da Bahia, explica e exemplifica o papel dessa instituição na supervisão da implementação de empreendimentos para a produção de energia a partir de fontes alternativas. Ela exemplifica os principais impactos sociais e ambientais relacionados à implementação e funcionamento de estações de energia eólica e solar no estado.

**Palavras-chave:** energia eólica; energia solar; impactos socioambientais; vigilância pública



**Revista Caititu: Como a fiscalização está ocorrendo nos processos de licenciamento dos empreendimentos relacionados ao parque eólico no estado da Bahia?**

**Maria Betânia:** O Ministério Público age, principalmente, apurando denúncias ou evidências apresentadas pelos órgãos ambientais e por terceiros acerca de eventuais irregularidades. Como exemplo, no ano passado houve um Decreto Estadual extinguindo o Parque de Morro do Chapéu em virtude da implantação do complexo eólico na região. O Ministério Público estadual (MP/BA), observando a ilegalidade do decreto, expediu uma recomendação ao estado da Bahia para restaurar o Parque Estadual, o que foi acatado pelo Governo que anulou o Decreto. Atualmente, o MP/BA acompanha a proposta de nova delimitação daquele parque estadual, de modo a preservar o meio ambiente em função de sua importância na região, já que envolve áreas essenciais aos recursos hídricos, à fauna, com presença de sítios arqueológicos, grutas, cavernas etc. Nesse caso, a questão da área eólica foi apenas uma consequência indireta.

**RC: Algum projeto já foi vetado ou alguma concessionária energética já foi multada por irregularidades?**

**MB:** Até o momento não houve nenhuma multa ou processo por irregularidade, mas o MP/BA segue monitorando.

“ Os impactos podem ser subdivididos em função da fase em que se expressam: a fase de implantação e a fase de operação.”

**RC: Quais os maiores problemas para a implantação do parque eólico no estado da Bahia? E quais problemas são derivados dessa implantação?**

**MB:** Para mim, os impactos podem ser subdivididos em função da fase em que se expressam: a fase de implantação e a fase de operação. Na fase de implantação, temos problemas de deslocamento de estruturas, pois elas são grandes e exigem um plano de tráfego específico. Em relação ao meio biótico, há um impacto significativo relativo à fragmentação de habitats, uma vez que os equipamentos são muitos pesados e é necessária a abertura de estradas que contornam as regiões mais altas onde serão implantados os aerogeradores. Isso acarreta a necessidade de grandes fragmentações com todos os efeitos já conhecidos sobre a biodiversidade local, principalmente em

pequenos animais. Um impacto indireto decorrente da abertura desses acessos é a maior facilidade de degradadores adentrarem por essas áreas, como carvoeiros ilegais, aproveitadores seletivos de madeira e caçadores. Fatalmente, os acessos favorecerão também a implantação de agricultura de subsistência e ampliação de gado nessas áreas. Haverá também impacto em relação aos quirópteros. Mas, esse é um ponto que foi pouco investigado e não temos acesso ao monitoramento solicitado pelo órgão ambiental estadual.

**RC: Quais os impactos econômicos da implantação?**

**MB:** Há uma expectativa de geração de emprego por parte da população, porém, na maior parte das vezes, não é atendida por falta de qualificação. Isso poderá implicar na vinda de trabalhadores de outras regiões e todos os impactos que isso acarreta em pequenas comunidades ao redor, como a especulação por essas terras denominadas fundo de pasto, geralmente com situações fundiárias pouco determinadas, o que cria conflitos. O principal benefício à população local é a geração de renda aos proprietários e posseiros das áreas onde são instalados os equipamentos. Também existe uma preocupação muito grande em relação ao impacto sobre a paisagem e as rotas de voos de aeronaves,

as rotas de migração de aves e o impacto sobre quirópteros. No que concerne ao primeiro, é uma questão de avaliar os benefícios e prejuízos gerados por outras formas de energia, e para o segundo existem planos de voos específicos para sanar a situação. Quanto à avifauna é necessário estudos prévios quanto às rotas migratórias. O impacto gerado para os quirópteros é uma questão que deve ser avaliada à parte, a qual foi solicitada em todas as licenças emitidas até o momento, exigindo-se monitoramento e ações de controle.

**RC: No caso da energia solar, qual o principal problema enfrentado pelos órgãos para sua implantação? Há algum projeto em implantação na Bahia?**

**MB:** Existe um projeto para implementação de uma vasta área de painéis solares na região do São Francisco, no Oeste da Bahia. Contudo, ainda é incipiente. O que existe atualmente são projetos para aproveitamento de energia solar por moradores da caatinga junto ao governo. Por serem de uso doméstico, não há controle ambiental sobre essa questão de modo mais contundente. Há, contudo, a necessidade de haver logística reversa junto à

sucata produzida por este material, tendo em vista que suas baterias geralmente possuem metais pesados.

**RC: Está sendo tomada alguma atitude do órgão em relação a essa logística reversa? O que os moradores são aconselhados a fazer com essas placas, após o término da sua vida útil?**

**MB:** Essa logística reversa é solicitada ao produtor das placas e não ao usuário. É solicitado às empresas instaladoras que zelem por essas questões.

**RC: Como os órgãos têm se posicionado em relação aos impactos ambientais que ainda podem ser gerados a partir dessas fontes alternativas? Há alguma busca por soluções? Como está sendo feito?**

**MB:** Como esses empreendimentos estão em fase de implantação, estamos acompanhando como estão se dando o licenciamento e monitoramento dos órgãos ambientais sobre todos os aspectos ambientais relacionados à atividade. No MP/BA o monitoramento é realizado pelos promotores de justiça e contamos com uma equipe técnica formada por profissionais de meio ambiente, como biólogos, engenheiros ambientais e outros, que atuam prestando apoio a essas questões.



Há uma expectativa de geração de emprego por parte da população, porém, na maior parte das vezes, não é atendida por falta de qualificação.”

## Sobre os autores:

---

**Érika Garcez da Rocha** é estudante de graduação do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Programa de Iniciação à Extensão PROEXT-MEC-SESU.

Email: erika.garcez.rocha@gmail.com

O que achou desse texto? [Clique para opinar.](#)



---

### Citação

Rocha EG 2013. O Ministério Público do estado da Bahia e os desafios na implantação de fontes alternativas de energia. Revista Caititu - aproximando teoria ecológica e aplicação 1(1): 115-118. doi: 10.7724/caititu.2013.v1.n1.d10

### Arbitragem

Esse texto não foi submetido à avaliação por pares.  
Editor: Clarissa Machado Pinto Leite, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

### Copyright

© 2013 Rocha. Este é um texto de acesso livre distribuído sob os termos da Licença Creative Commons, que permite uso, distribuição e reprodução sem fins comerciais em qualquer mídia, contanto que os autores e fonte sejam creditados.

---